

Embargo de obras no repositório institucional da Universidade Federal do Amazonas

Lucas da Silva Teixeira
lucasdasilva.tex@gmail.com

Recebido em: 15/02/2024

Aceito em: 03/04/2024

Resumo

Discute os aspectos motivacionais dos autores ao solicitarem o embargo de suas obras no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (RIU/UFAM). Embora os trabalhos sejam depositados nos repositórios, as solicitações de embargo por parte dos autores limitam ou restringem o acesso ao conteúdo das obras. Desta forma, este estudo buscou compreender estes motivos, possibilitando discutir possíveis soluções. Para ter esse entendimento, fez-se necessário examinar a literatura existente sobre o tema, a fim de possuir fundamentação para compreender as motivações dos autores, possibilitando debater possíveis medidas para contornar estas problemáticas. Salienta-se que foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para referencial teórico, assim como a pesquisa documental e de campo. Teve como instrumento de coleta de dados, questionário aplicado aos autores que embargaram o acesso ao conteúdo disponibilizado no RIU/UFAM. A partir da análise dos dados percebeu-se que as principais motivações de solicitação de embargo são a possibilidade de publicações em periódicos de acesso restrito e processos de patenteamento, baseados, portanto, nos princípios de exclusividade e originalidade. Destaca-se que os autores demonstram interesse de tornar as suas obras de acesso público no repositório da instituição, sendo a pressão realizada pelas editoras de periódicos restritos, o principal motivador da restrição de acesso. Conclui que, por meio deste estudo, foi possível explicitar os aspectos motivacionais do embargo no contexto da Universidade Federal do Amazonas, assim como discutir possíveis soluções para esta problemática.

Palavras-chave: acesso aberto; embargo; repositório institucional; Universidade Federal do Amazonas.

Embargo of works in the institutional repository of the Universidade Federal do Amazonas

Abstract

Discusses the motivational aspects of authors when requesting the embargo of their works in the Institutional Repository of the Universidade Federal do Amazonas (RIU/UFAM). Although works are deposited in repositories, embargo requests by authors limit or restrict access to the content of works. Thus, this study sought to understand these reasons, making it possible to discuss possible solutions. To have this understanding, it was necessary to examine the existing literature on the subject to have a basis for understanding the authors' motivations, making it possible to debate possible measures to circumvent these problems. It should be noted that bibliographic

research was used for theoretical reference and documental and field research. As a data collection instrument, a questionnaire was applied to authors who blocked access to the content available at RIU/UFAM. From the data analysis, it was noticed that the main motivations for requesting an embargo are the possibility of publications in restricted access journals and patenting processes, based, therefore, on the principles of exclusivity and originality. It is noteworthy that the authors show interest in making their works of public access in the institution's repository, and the pressure exerted by the publishers of restricted periodicals is the main motivator for the restriction of access. It concludes that, through this study, it was possible to explain the motivational aspects of the embargo in the context of the Federal University of Amazonas, as well as to discuss possible solutions to this problem.

Keywords: open access; scientific production; institutional repository; Federal University of Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

Os repositórios digitais possuem como objetivo disponibilizar o acesso à informação em ambientes virtuais, em diversos formatos, como obras integrais, ou somente a dados. Assim, são considerados um dos principais meios de organizar e disseminar informação, garantindo a disseminação dos conteúdos ali depositados em qualquer local com acesso à rede mundial de computadores.

Como bem nos assegura Leite (2009), os repositórios digitais consistem em meios de gestão de informações científicas em ambientes virtuais. Neste contexto, podemos perceber que estes são um dos principais meios de divulgação de obras científicas. Repositórios que possuem trabalhos científicos de uma determinada temática ou instituição, são nomeados de repositórios institucionais. Estes, normalmente são mantidos e administrados pela instituição que os criou, tendo como objetivo ser uma ferramenta de disseminação dos trabalhos produzidos internamente.

Diante da necessidade de troca de informações e validação de pesquisas entre os pares, é fundamental que estes tenham meios de acesso a trabalhos produzidos por outros pesquisadores. Os repositórios institucionais realizam esta função, porém, um autor pode optar por restringir o acesso ao conteúdo de sua obra, de forma parcial ou integral, o que se denomina embargo.

Isto afeta a divulgação dos dados e resultados obtidos naquela pesquisa, impedido que esta seja utilizada para a consulta de outros pesquisadores, prejudicando a produção de novos conhecimentos. Sendo conhecido este fator negativo do embargo, esta pesquisa buscou reunir dados para determinar quais os principais motivos que levam os autores de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas a embargarem o acesso a suas obras no Repositório da instituição.

Segundo Weitzel (2014) os repositórios institucionais podem ser considerados autossustentáveis, uma vez que seu conteúdo é produzido pela própria organização que o mantém. Porém, o autor deixa claro que este fator acarreta a dependência deles de que os autores realizem o processo de depósito no ambiente virtual, e que garantam o acesso livre ao seu conteúdo de forma integral.

Com o objetivo de determinar as motivações dos autores, fora necessário examinar a literatura existente sobre as temáticas tratadas, com destaque para Acesso Aberto, repositórios digitais e o conceito de embargo. Isso, porque é preciso haver consenso nos conceitos abordados, a fim de que sejam tratados de forma adequada na execução da pesquisa. Aplicado o instrumento escolhido para coleta de dados, procedeu-se a análise dos mesmos, onde fora necessário realizar a análise tendo como base os conceitos revisados anteriormente, para que se possibilita-se atender um dos objetivos da pesquisa, que consistia no debate de possíveis

medidas para a diminuição da incidência da solicitação de embargo no repositório, podendo serem aplicados em outros.

Diante da necessidade de acesso à informação, é necessário que as obras depositadas em um repositório institucional sejam de acesso público, promovendo a sua utilização para continuidade de pesquisas ou aplicações na realidade. Para tanto, é necessário que o embargo ocorra com menos frequência, garantindo este fluxo virtuoso de disseminação de informação científica.

Para que isto ocorra, é fundamental que se compreendam os motivos que levam os autores a solicitarem o embargo, o que permitirá a formulação de possíveis soluções. Nesse contexto, a proposta deste trabalho científico é de identificar estes motivos, especificamente dos autores com obras depositadas no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (RIU/UFAM).

Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e documental, na análise da literatura acerca dos temas tratados, bem como de documentos da instituição onde fora realizado o estudo, visando a compreensão dos requisitos e opções disponibilizados pela instituição aos autores. A pesquisa de campo também foi aplicada, a fim de coletar os dados necessários para a resolução da pergunta proposta no problema da pesquisa.

A realização das pesquisas bibliográfica e documental basearam a formulação do instrumento escolhido para a coleta de dados na pesquisa de campo, um questionário. Este, foi aplicado aos autores de obras embargadas no RIU/UFAM por meio digital, e os dados foram analisados a partir de gráficos, permitindo a visualização estatística das informações coletadas.

Este artigo científico estrutura-se em seis capítulos, sendo o primeiro destinado a apresentação geral do trabalho, o problema tratado e sua justificativa. Nos dois capítulos seguintes são apresentados os conceitos teóricos utilizados para elaboração do trabalho, de acordo com os autores consultados. No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia utilizada para elaboração da pesquisa, sua aplicação e análise dos dados coletados. No quarto capítulo são apresentados os dados obtidos na pesquisa, assim como a discussão acerca deles. Por fim, são expostas as conclusões obtidas, assim como sugestões para a continuidade de estudos na área.

2 METODOLOGIA

A pesquisa constitui-se como a utilização de diversos procedimentos, de forma ordenada, visando formular resoluções para o problema abordado (Bervian; Cervo; da Silva, 2007). Assim, trata-se de uma série de etapas, executadas observando-se uma metodologia previamente estabelecida.

Para esta pesquisa, exigiu-se a análise de dados subjetivos e objetivos nas diferentes etapas, sendo, portanto, uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa. Considera-se que esta foi a abordagem correta a ser escolhida, uma vez que uma pesquisa pode ter abordagens qualitativas e quantitativas para cumprir os seus objetivos (Flick, 2009), o que foi observado neste estudo.

A pesquisa aplicada possui como objetivo a produção de resultados que possam ser utilizados na resolução de problemas específicos (Freitas; Prodanov, 2013). Este estudo tenciona a formulação e debate de possíveis soluções para a problemática do embargo, tendo sido optada pela pesquisa aplicada.

A pesquisa exploratória consiste no estudo de determinado fenômeno, limitando-se a busca de informações sobre o mesmo, sem a formulação de hipóteses testáveis (Bervian; Cervo; da Silva, 2007). Se trata da caracterização desta pesquisa, uma vez que possui o objetivo de coletar dados sobre o embargo, mas sem a intenção de realização de intervenções no cenário real.

Como instrumento para realização da coleta de dados optou-se pelo questionário, uma vez que se tratava do meio mais adequado, considerando que a sua aplicação deveria ser

realizada no formato digital. A utilização do mesmo também permitiu que os dados coletados fossem organizados de forma estatística, facilitando a sua visualização de forma resumida por gráficos e a sua posterior análise.

A aplicação do questionário foi realizada na plataforma *Google Forms*, utilizando informações de e-mail e nome dos autores de obras embargadas no RIU/UFAM, cedido via relatório pela Divisão de Documentação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB).

Dentre as obras embargadas, 85 eram dissertações e 47 teses, totalizando 132 autores que solicitaram o embargo de suas obras. A composição do questionário era de quatro questões fechadas e uma aberta, de modo a contemplar toda a problemática do embargo, principalmente a sua motivação.

A aplicação ocorreu no período de 23/09/2021 a 07/10/2021, totalizando 15 dias para coleta de dados. Ao final, foram obtidos 36 retornos válidos, sendo um percentual de 28% de retorno.

Para análise dos dados obtidos utilizou-se os gráficos gerados pela plataforma de aplicação. Desta forma, caracteriza-se como uma análise descritiva, consistindo na avaliação de resultados (Silva, 2021), pois foi realizada a partir dos dados coletados pela aplicação do instrumento de coleta.

De forma geral, o objetivo das perguntas que compõe o questionário foi de perceber similaridades nas respostas, de forma a identificar as principais motivações de embargo, permitindo a realização de um debate sobre possíveis medidas a serem adotadas para a sua resolução.

3 ACESSO ABERTO

O movimento Acesso Aberto (AA) possui como um de seus fundamentos o princípio de que a produção científica deve ter seu acesso livre, garantindo que novas pesquisas possam ser desenvolvidas de forma mais ágil. Rodrigues e Rodrigues (2014) afirmam que o AA preconiza o acesso de forma integral aos trabalhos científicos, para realização de consulta, divulgação e utilização, desde que respeitadas as normas de citação. Podemos afirmar que se trata de um preceito importante para a produção científica, uma vez que esta depende que haja a possibilidade de os pesquisadores tenham acesso a estudos anteriores, para a formulação de seus próprios.

Como bem nos assegura Guimarães (2021), a divulgação de trabalhos acadêmicos em meios abertos contribui para a produção de novos estudos científicos, uma vez que quanto mais estudos são disponibilizados para acesso, maior a chance de serem utilizados em outras pesquisas, e conforme isso ocorre, a obra utilizada ganha mais valor perante a comunidade científica:

[...] a abertura da ciência contribui grandemente para alimentar sua própria dinâmica. Quanto mais se produz, maior a possibilidade de integração e uso; quanto mais usado, mais valioso é o conhecimento. Pesquisadores individuais se beneficiariam à medida que suas próprias contribuições se tornam mais amplamente conhecidas (divulgadas e acessadas), e reconhecidas (Guimarães, 2021, p. 474)

Conforme explicado acima é interessante afirmar que existe um processo de retroalimentação no desenvolvimento da Ciência de forma aberta, que beneficia a todos os envolvidos. Os pesquisadores que possuem acesso aos conteúdos os utilizam para o desenvolvimento de seus próprios estudos, enquanto os autores destes agregam prestígio e importância a sua obra e ao seu nome.

Entende-se que o desenvolvimento de novas pesquisas depende diretamente do acesso as anteriores (Gomes, 2014). O autor deixa claro que o AA não se trata apenas de uma questão

técnica para a comunidade científica, mas um fator estratégico, uma vez que todo o processo de produção de conhecimento necessita do compartilhamento de conteúdo, conceitos e dados entre os pares.

Nota-se, portanto, que o AA é proposto como meio de fomento à produção científica, de forma que este possibilita a agilização dos processos de consulta e citação de obras, conforme mencionado pelo autor: "[...] quanto mais se produz, maior a possibilidade de integração e uso" (Guimarães, 2021, p. 474). Da mesma forma, Gomes (2014) afirma que este processo se constitui como fator determinante para que o desenvolvimento da Ciência ocorra de forma adequada, garantindo que não haverá obstáculos que dificultem ou até mesmo impossibilitem a continuidade de pesquisas.

Conforme explicado acima, a divulgação de conteúdos científicos em ambientes de acesso aberto, como, por exemplo, os repositórios institucionais, possibilita que o processo de produção científica ocorra de forma ágil, sem empecilhos. A publicação de pesquisas em meios que não possuem o acesso livre portanto, representa um obstáculo para o avanço da Ciência.

Desta forma, percebe-se que os trabalhos acadêmicos devem ser depositados em meios que possibilitem o acesso aberto, pois a publicação dos mesmos em outros ambientes dificulta ou mesmo impossibilita o seu acesso de forma parcial ou integral, conforme explicitado abaixo:

A definição de acesso aberto pleno (*full open access*) requer o atendimento concomitante de três condições: fácil acesso online; disponível para qualquer pessoa sem custo; disponível para usos adicionais sem restrições, exceto a atribuição à fonte (modelo *creative commons*, adotado pelos portais de acesso aberto citados). Algumas publicações fechadas cobram uma tarifa para autores que desejam liberar o acesso a seus artigos, mas mantendo o copyright. Isso não caracteriza o real acesso aberto (Camargo Jr, 2012, p. 1092).

Conforme exposto pela autora, publicar o trabalho acadêmico não significa necessariamente garantir o seu acesso a outros pesquisadores, para isso, é necessário que o meio escolhido tenha o AA como fundamento institucional e que o ponha em prática. Se faz necessário frisar este ponto, uma vez que parte da comunidade acadêmica prioriza a publicação de seus trabalhos acadêmicos em periódicos de acesso restrito, em detrimento dos repositórios de suas instituições, o que o autor deixa claro que não constitui o acesso aberto de fato.

Verifica-se, portanto, que o AA se constitui como um dos principais fatores para a produção e disseminação de conhecimento científico. Sua aplicação é fundamental para garantir que tenhamos um ciclo sustentável de utilização, citação e criação de novos conteúdos acadêmicos. Isto, quando aplicado de forma correta, garante que a produção de novos conhecimentos seja facilitada, o que beneficia os pesquisadores, as instituições e a sociedade.

4 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

Os repositórios digitais possuem a função de gerenciamento de dados ou arquivos em ambiente virtual, permitindo o seu ordenamento e acesso (Sales; Sayão, 2016). No contexto do AA, estes se constituem como um dos principais meios de divulgação de trabalhos científicos em meio digital, possibilitando o seu acesso livre.

Estes são utilizados por instituições de ensino superior como forma de disponibilizar a sua produção científica de forma virtual, o que se denomina repositório institucional (Weitzel, 2006). Repositórios Digitais são utilizados para o gerenciamento de dados ou arquivos em ambiente virtual, proporcionando um sistema de organização e disponibilização de acesso externo, possibilitando o AA a documentos e dados:

A expressão 'repositórios digitais', no contexto do acesso aberto, é empregada para denominar os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica,

constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica (Leite, 2009, p. 19)

Os repositórios institucionais também podem ser definidos como um serviço de informação, que contempla todas as etapas de tratamento e divulgação de produção científica, sendo o principal meio de tornar produções científicas, públicas (integralmente), possibilitando o seu acesso a qualquer pessoa que possua conexão à internet.

Os repositórios institucionais surgem da demanda de uma instituição de organizar e conceder acesso a arquivos em ambiente digital, conforme exposto acima. Percebe-se que estes cumprem este papel, estando presente nas etapas de desenvolvimento dos estudos (nas consultas aos arquivos contidos no mesmo), tratamento (indexação e demais processos de submissão e organização do material na plataforma) e disseminação (na disponibilização do arquivo na internet).

Por conta disto, estes são uma contraposição direta aos outros meios de divulgação de conteúdo científico, como por exemplo, os periódicos de acesso restrito, que não possuem a função de disponibilização de conteúdo em acesso público atrelado a sua existência. Por este fator, os repositórios institucionais possuem características particulares, que devem ser observadas para que cumpram sua função de forma eficiente.

Destaca-se primeiro, a exclusividade do conteúdo ofertado, pois estes possuem apenas os que foram produzidos pela própria instituição, não sendo adquirido novas obras por compra ou demais meios. Desta forma, estes precisam de políticas que incentivem os seus pesquisadores a submeterem os seus trabalhos (Weitzel, 2014), de forma que se mantenha atualizado com a divulgação dos novos estudos.

Outra característica importante é a interoperabilidade, que pode ser descrito como “fator primordial, pois possibilita a busca em um só local e a reunião de conteúdo dos diferentes tipos de publicação online” (Weitzel, 2006, p. 61). Por este fator, os repositórios precisam padronizar os tipos de arquivos aceitos na submissão aos repositórios, seja no estabelecimento de apenas um único tipo de arquivo, ou vários, desde que não prejudicada a visualização.

Ainda para atender este fator, os repositórios institucionais precisam ser integrados às ferramentas de busca mais utilizadas pelo público, como o Google (Weitzel, 2006), facilitando a localização e acesso dos arquivos, proporcionando maior visibilidade dos mesmos.

Desta forma, os repositórios institucionais garantem que a produção científica da instituição seja divulgada de forma ampla, beneficiando os seus autores, bem como ela própria (Costa; Leite, 2006). Os conteúdos submetidos e disponibilizados estarão disponíveis para acesso por pesquisadores de todo o mundo, e uma vez que estes utilizem o conteúdo como fonte, irão realizar a devida citação, o que contribui para aumento do prestígio de seu autor.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

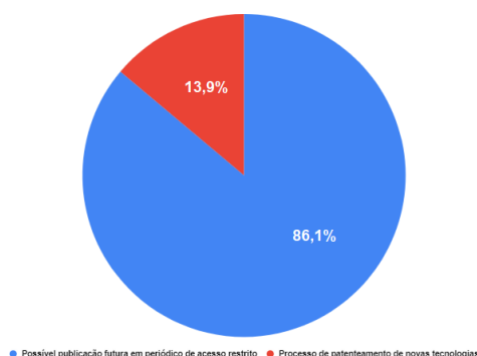
Este estudo teve como objetivo identificar as motivações dos autores ao solicitarem o embargo de suas obras no RIU/UFAM, bem como debater possíveis soluções. A problemática foi identificada ao verificar o alto número de obras com acesso embargado no repositório da instituição, assim como na análise das justificativas apresentadas na solicitação, que em sua maioria eram vagos.

Isto ocorre devido a necessidade de os repositórios oferecerem a opção de restringir o acesso as obras (Silva; Weitzel, 2017). Seja por período limitado ou indeterminado, o embargo representa um elemento importante para muitos autores, por diversos motivos, e o autor deixa claro que este deve ser disponibilizado pelas instituições que mantém os repositórios.

A análise dos dados obtidos pela aplicação do questionário demonstrou que a maioria dos autores (86,1%) possuíam como motivação para a solicitação de embargo, a publicação de seus trabalhos em periódicos de acesso restrito. O restante dos autores (13,9%) indicou que o embargo se deu devido a seus trabalhos terem resultado em novas tecnologias ou técnicas que

se encontram em processo de patenteamento. As alternativas disponibilizadas não foram selecionadas por nenhum dos autores.

Gráfico 1 – Motivação do embargo.

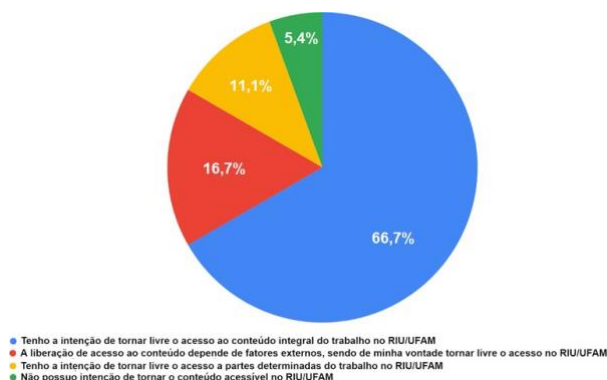


Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Percebe-se, portanto, que o embargo no RIU/UFAM decorre dos fatores de exclusividade e confidencialidade exigidos pelos processos de publicação em periódicos restritos e processos de patenteamento. No primeiro, a maioria das editoras possui como pré-requisito, que a obra não tenha sido divulgada em nenhum outro meio, além de que isto seja mantido em determinado período após a publicação. Para o patenteamento, exige-se que a nova tecnologia desenvolvida seja mantida em sigilo, evitando processos plágio, ou utilização sem autorização e concessão do devido crédito, por exemplo, uma nova técnica com aplicações comerciais.

A seguir, os autores foram questionados a respeito da sua intenção de tornar livre o acesso aos seus trabalhos, seja no repositório institucional, ou em outros meios. A maioria, cerca de 90%, declararam que desejam liberar o acesso aos seus estudos, sendo que dentre destes, 83,4% almejam a liberação do conteúdo integralmente.

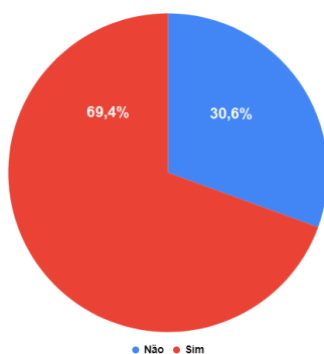
Gráfico 2 – Liberação de acesso.



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Desta forma, observa-se que apesar de os autores optarem por restringir o acesso de suas obras num primeiro momento, há a preocupação por parte da maioria dos mesmos, de que seus estudos sejam de livre acesso posteriormente. Tal noção de compartilhamento pode ser associada ao próprio processo de desenvolvimento da pesquisa científica, que depende da consulta aos estudos realizados pelos pares.

Os autores também foram questionados se durante o processo de produção de seus trabalhos depositados no RIU/UFAM, houve alguma consulta a trabalhos disponíveis em repositórios institucionais. A maioria relatou que sim, representando 69,4% das respostas.

Gráfico 3 – Utilização de conteúdos de repositórios digitais

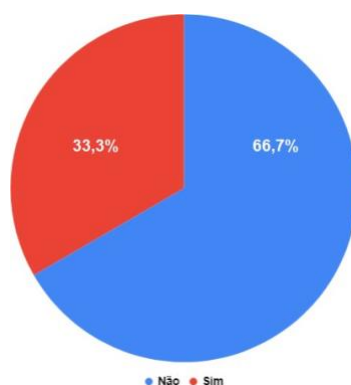
Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Desta forma, confirma-se o que já havia sido proposto na revisão de literatura, a noção de que os repositórios institucionais de acesso aberto possuem função fundamental para a produção de novas pesquisas e estudos, uma vez que propicia o acesso aos trabalhos feitos anteriormente.

Este processo gera benefícios aos próprios autores uma vez que seus trabalhos têm sua visibilidade ampliada, facilitando o processo da troca de ideias e de atribuição de prestígio ao profissional que o confeccionou (Costa; Leite, 2006).

Neste sentido, pode-se observar os RI como serviço de informação científica (Leite *et al.*, 2012), uma vez que proporciona um ambiente digital onde se realiza a submissão e disponibilização de obras, abrangendo todo o seu conteúdo, preferencialmente.

Por fim, foi questionado se estes autores consideravam o embargo prejudicial a produção científica e disseminação da informação. A maior parcela entende que não, com somente 33,3% afirmando que considera sim o embargo prejudicial, o que pode ser visto como uma contradição em relação ao indicativo anterior, pois percebe-se que apesar de utilizar conteúdos públicos para realizarem suas pesquisas, estes mesmos autores consideram o embargo algo não prejudicial.

Gráfico 4 – Considerações sobre o embargo.

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Isto pode ser atrelado a visão que os autores possuem dos periódicos de acesso restrito, uma vez que os mesmos tratam seus meios como eficientes para a disseminação da informação, e principalmente, para prestigiar o autor da obra. Tal cenário não se reflete na realidade, uma vez que a publicação em acesso restrito não garante o acesso destes estudos a quaisquer pesquisadores, uma das características fundamentais do AA (Camargo Jr, 2012). Percebe-se que os autores possuem uma visão correta da importância do AA, ao se colocarem favoráveis a publicação de seus trabalhos nestes meios, porém, os mesmos não se posicionam de forma

eficiente contra a imposição do acesso restrito por partes de editoras, nem mesmo consideram o embargo algo prejudicial.

Diante deste cenário, pondera-se que a diminuição da incidência do embargo depende de mudanças em diversos meios, como no princípio, da criação de diretrizes nacionais quanto ao embargo, como proposto por Silva e Weitzel (2017). O estabelecimento de diretrizes a respeito dos tipos de documentos, justificativa e períodos máximos de embargo deveriam ser aplicados em nível nacional. Desta forma, obras produzidas em instituições públicas teriam um prazo para divulgação em meios abertos, de forma a não prejudicar a divulgação do conhecimento.

Compreende-se que tais mudanças afetariam o mercado editorial, uma vez que estes prezam por exclusividade de seus conteúdos, mas entende-se também que este se adaptaria a este novo cenário, uma vez que grande volume de suas publicações advém de pesquisadores de instituições públicas.

Seria necessário pensar também em mudanças no processo de patenteamento, principalmente no que se refere ao período para efetivação dos mesmos. Entende-se que os pesquisadores não podem ser prejudicados, como por exemplo, ao serem obrigados a publicar os seus trabalhos antes do término do devido processo, mas supõe-se que a diminuição do prazo para concluir o patenteamento contribuiria para o aumento de publicações em meios de AA.

Por fim, ressalta-se que é preciso tratar das temáticas de AA, repositórios institucionais e livre acesso com os pesquisadores, preferencialmente em todo o seu percurso acadêmico, de forma que estes sejam cientes de sua responsabilidade perante a sociedade. É necessário que os mesmos entendam que é fundamental para a Ciência que os estudos produzidos por estes sejam públicos, facilitando a produção de novos conhecimentos, o que beneficia toda a sociedade.

6 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo possibilitou a identificação, análise e discussão das principais motivações de embargo no RIU/UFAM. A partir dos dados obtidos, conclui-se que as principais justificativas para solicitação de embargo são a publicação em periódicos de acesso restrito e o processo de patenteamento de novas tecnologias.

Para isso, foi necessário examinar os conteúdos teóricos referentes as temáticas tratadas, a fim de garantir maior entendimento sobre os fundamentos, para que a confecção do questionário, sua aplicação e análise dos dados fosse feita de forma adequada. Da mesma forma, o instrumento utilizado demonstrou-se adequado e eficiente, resultando na obtenção dos dados necessários, embora sua aplicação de forma virtual tenha limitado a quantidade de respostas obtidas, bem como a possibilidade de discussão das respostas com os próprios autores consultados.

A problemática abordada possui fundamental importância para o desenvolvimento e ampliação do Acesso Aberto, sendo interessante que pesquisas semelhantes sejam realizadas em outros locais, possibilitando a visualização do quadro geral a respeito do embargo. Desta forma, esta pesquisa permitiu a discussão dos aspectos motivacionais dos autores que solicitam o embargo de suas obras no RIU/UFAM, assim como a formulação de possíveis soluções para a diminuição de sua incidência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**:informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024:**

informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:**

informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:**

informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. A indústria de publicação contra o acesso aberto. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1090-1094, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/jj/rsp/i/2012.v46n6/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O Acesso Aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 93-106, 2014. Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/issue/view/39>. Acesso em: 27 fev. 2022.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Ciência aberta e inovação (responsável?). In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (org.). **Sob a lente da Ciência Aberta: olhares de Portugal, Espanha e Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. p. 465-488.

Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46053>. Acesso em: 27 fev. 2022.

LEITE, Fernando César Lima et. al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 28 out. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4841>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, 2006. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/323>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico-2-edicao>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90-

115, 2016. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SILVA, Douglas da. Conheça os 4 tipos de análise de dados para criar estratégias certeiras. **Blog da Zendesk**. [S. l.], 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/tipos-analise-de-dados/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, Priscila do Nascimento; WEITZEL, Simone da Rocha. Os desafios das políticas de embargo em repositórios institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras. **Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, p.1-7, nov. 2017. Supl. 11. Disponível em:
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1363/pdf1363>. Acesso em 25 fev. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. As novas configurações do Acesso Aberto: desafios e propostas. **Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2 p.65-75, 2014. Disponível em:
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/447>. Acesso em: 26 fev.2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Revista em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 26 fev. 2022.